

# No mercado d'água

Depois da energia, indefinições legais podem afetar saneamento básico

**Maria Angela Jabur \***



O tempo trabalha a favor da crise da água. De um lado, aumenta a urgência dos investimentos no setor. Estudo realizado pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib) mostra que, para manter o atendimento à população nos níveis atuais — em outras palavras, evitar a escassez da oferta —, seriam necessários investimentos de US\$ 14,5 bilhões até 2005, em saneamento ambiental, o que inclui captação e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos.

De outro lado, aumenta, cada vez mais, o período de tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.147. O projeto cria uma regulamentação para o setor e fornece o pano de fundo legal que deverá nortear as decisões de investimentos. Segundo a Abdib, dos US\$ 14,5 bilhões, 60% deverão vir da iniciativa privada.

Encaminhado em regime de urgência pelo governo, o projeto deveria ter sido votado no primeiro semestre. O governo, no entanto, retirou o pedido de urgência e o relator Adolpho Pinheiro produziu um substitutivo. A votação foi transferida para agosto. Mais uma vez, nada aconteceu. Agora, o novo texto deve ser apreciado pela Comissão Especial de Saneamento em reunião marcada para 15 de outubro. Se aprovado, será encaminhado a plenário. Caso contrário, o que irá a plenário será o projeto de lei original. A prioridade a ser dada à votação dependerá da decisão do presidente da Casa, o deputado Aécio Neves.

No mercado, há quem espere uma regulamentação do setor apenas para depois de 2003. "O governo perdeu o

interesse no projeto, pois, se ele for aprovado, desagradará a prefeitos ou a governadores em um período eleitoral", diz um especialista. "Além disso, como também se diz que a nova regulamentação favorece a privatização, o governo também não quer se arriscar a desagradar os funcionários das concessionárias", completa ele. O projeto, a um ano das eleições, seria "empurrado com a barriga" nesse período e o problema, claro, transferido para o próximo presidente.

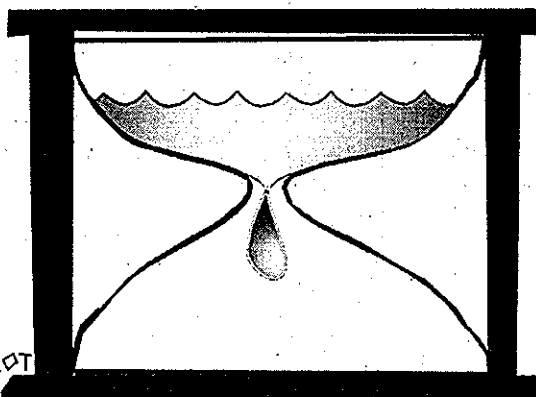
A discórdia reflete, em síntese, interesses divergentes existentes no Executivo — com segmentos diferentes da iniciativa privada alinhados a um ou a outro grupo. Inicialmente, es-

perior aos dois anos previstos, por causa das eleições presidenciais.

Esses são os dois pontos que mais chamam a atenção. Mas existem outras questões controversas no documento. Enquanto o debate persiste, aumenta a demanda reprimida pelos serviços de saneamento básico. A pena pelo atraso nos investimentos tende a vir, mais uma vez, sob a forma de uma crise de oferta, cujos efeitos ultrapassam os limites dos grupos de interesses atuais e se estendem para toda a população — um espelho do que ocorre com a crise de energia.

O que pode atenuar o quadro de crise são os negócios que, independentemente da regulamentação, comecem a despertar interesse dos consumidores, como os investimentos em reuso da água — ou tratamento de esgoto e devolução da água tratada. "A procura tem superado nossas expectativas", diz Fabiano Pezzo, gerente da divisão de negócios da Mizumo, empresa fornecedora de equipamentos para tratamento local dos dejetos.

O volume de negócios fechados por empresas como essa, no entanto, é pequeno ante a demanda. A Mizumo projeta atingir um faturamento anual de US\$ 15 milhões nos próximos cinco anos, quase uma gota d'água diante de um potencial de negócios de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões só na área de tratamento de esgotos. Afinal, descontado o Estado de São Paulo, em que o serviço está mais disseminado, os sistemas de coleta e tratamento de esgoto atendem, hoje, a apenas 28% e 2,5% da população do País. Isto contribui significativamente para a escassez da oferta da água, já que o esgoto coletado e não tratado acaba poluindo os rios — cuja água se torna imprópria para consumo humano.



tados e municípios disputavam a titularidade dos serviços nas regiões metropolitanas. Agora, a esse embate, ainda não resolvido, somou-se o descontentamento das grandes concessionárias com a proposta de Adolpho Marinho para a separação das várias etapas do saneamento básico — o que inibiria os ganhos de escala.

"Se o projeto for aprovado como está hoje, a questão vai bater no Supremo Tribunal Federal", afirma Carlos Eduardo Dória Chaves, chefe de gabinete da presidência da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp). Se essa hipótese se concretizar, a demora para a regulamentação do setor pode ser muito su-

\*Repórter do caderno Empresas & Carreiras, E-mail: mjabur@gazetamercantil.com.br